

Empresário não quer recessão

Ao se retirar do Governo, ao término do mandato, o presidente Fernando Collor poderá deixar um país ainda mais pobre do que quando assumiu. A queda do PIB no ano passado foi grande, de 4,6 por cento, e se houver crescimento este ano, possivelmente um por cento, ainda assim o resultado será negativo, tendo em vista o crescimento populacional. Essa realidade irrita o empresariado nacional, que gostaria de sacrificar a estratégia contra a inflação para que a economia entrasse em expansão. Pelas estimativas com que a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello trabalhava, na melhor das hipóteses, em 1994, o Brasil terá retornado ao nível econômico do último ano do governo José Sarney.

O empresariado brasileiro acha que desenvolvimento econômico é um processo de avançar através de desequilíbrios. Na carta de princípios do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) está escrito isso e também que “não há lugar para problemas permanentes, nem para soluções inabaláveis”. Todas as críticas do empresariado brasileiro contra a gestão da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello se baseiam nessa premissa. Todos falam da necessidade de um projeto de desenvolvimento, pregam o que chamam de “modernidade”, e falam de medidas que não tocarão nos grandes problemas da economia nacional. Pediram — e pedem — “correções de rumos”.

A Abamec, por exemplo é de opinião que a adoção da Taxa Referencial e da Taxa Referen-

cial Diária foi medida acertada, assim como a desindexação da economia. Mas discorda da chamada trégua de preços e da correção monetária das demonstrações financeiras da TR. Isso seria emergencial e não medidas de caráter estrutural. É contrária à não incorporação de inflações passadas nos antigos indexadores, “o que gerou perdas significativas a investidores em títulos pósfixados, na caderneta de poupança, assim como nos cruzados bloqueados”. Reclama também das distorções geradas no patrimônio líquido contábil das empresas, que teria ficado subavaliado quando das medidas econômicas de janeiro último, prejudicando a análise de investimentos. A Abamec denunciou o que disse ter sido um “apagar da memória inflacionária”, através de artifícios como a mudança de índices de inflação.

Mas a trégua de preços, a administração dos preços e a flexibilização controlada são os vilões mais combatidos pelo empresariado. Ainda segundo a Abamec, a medida “representa uma interferência na livre fixação de preço”. Os empresários de uma maneira geral têm a mesma opinião do economista paulista Adroaldo Moura da Silva de que o Plano Collor II “não é um plano de combate à inflação”, mas “um pedido de trégua diante das alarmantes condições da economia brasileira”. Logo, quem pede trégua está na defensiva. E o mais recomendável, estrategicamente falando, nestes casos, é atacar para encurralar e vencer. Foi o que fizeram, com as contundentes críticas das últimas semanas contra a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.

Adroaldo acha que a fixação da Taxa de Referência aquém da taxa de inflação, a esperada e a efetiva, “impõe um compromis-

so ao BC de reduzir a taxa de juros a níveis consistentes com a remuneração da caderneta de poupança”. O que produziria “forte pressão expansionista da moeda primária, na tentativa de manter a taxa de juros a níveis aquém da taxa esperada da inflação”. É verdade que a expansão da base monetária em fevereiro chegou aos 38 por cento. Mas a expansão de abril ficou em 0,2 por cento, contra uma inflação de mais ou menos sete por cento (os meios de pagamento cresceram apenas 1,7 por cento e as aplicações financeiras mantiveram equilíbrio). Isso quer dizer apalpar terrenos para retomada — porém gradual — do crescimento econômico, sem pressões inflacionárias.

Os empresários não entendem assim a política econômica — e monetária — da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello (e do ex-presidente do Banco Central, Ibrahim Eris). Pediram a superação da crise através de um projeto convencional de desenvolvimento econômico do País, obviamente de cima para baixo, com todas as implicações, protectionistas e de subsídios, que isso pressupõe. O IEDI chamou a isso de “um projeto comprometido com o crescimento econômico, com a redução das desigualdades interpessoais e interregionais de renda, com a modernização das práticas políticas, sociais e econômicas, e com a integração crescente do País com o resto do mundo”. O tal projeto buscava “uma nova eficiência sistêmica”.

De uma maneira geral, o empresariado está convencido de que a inflação é um mal gerado única e exclusivamente pelo Governo. Como criticou o presidente da Ciba-Geigy, Norbert Gmuer, “a inflação, primordialmente, tem sua origem no déficit público”.